

Conflitos Sociais e Institucionais na concretização recente de algumas Concessões de aproveitamentos hidrelétricos assinadas entre 1997 e 2000^{1 2}

Arsênio Oswaldo Sevá Filho³ Maria Fernanda Bacile Pinheiro⁴

Resumo: Apresentamos um panorama recente da expansão hidrelétrica a partir da implantação das concessões e concorrências realizadas entre 1997 e 2001, analisando sete das obras inauguradas entre 2003 e início de 2006 (UHE's Aimorés, Cana Brava, Campos Novos, Irapé, Candonga, Barra Grande e Corumbá IV), em meio a situações de conflito social e institucional, especialmente porque as represas se formaram ainda com muitas pendências. Ficou evidente que os movimentos sociais e ambientais, Promotores Públicos, são vistos por dirigentes de governo e de empresas como “entraves”.

1. Retrospectiva das dificuldades. Podemos iniciar nossa avaliação em 1995 quando assume o governo Cardoso – Maciel, decidindo pela extinção do antigo DNAEE⁵ e realizando as últimas concorrências para hidrelétricas: três delas até 1996, quatro em 1997 [as maiores no rio Tocantins: Cana Brava e Lajeado]. Depois, a nova agência ANEEL passou a promover leilões: seis novas concessões em 1998, cinco em 1999, onze concessões no ano de 2000, quinze em 2001, sete em 2002 e sete em 2005! Em três casos, foram leiloados dois ou três eixos juntos, alegando-se tratar de um *complexo hidrelétrico*, usinas “vizinhas” a serem construídas e operadas pelo mesmo concessionário. Em 2002 inclui-se o problemático projeto Estreito, 1.100 MW, no rio Tocantins (TO/MA), e, uma estranha coincidência, cinco projetos bem próximos, no Sudoeste goiano: dois no rio Verde, dois no rio Claro, um no rio Corrente (ALVES, J. M., 2005).

Se hoje a situação é claramente tensa, complicada em boa parte destes “eixos”, isto vem também de seqüelas da passagem de comando, da estrutura antiga (DNAEE, GCOI, CCPE) para a atual

¹ Preferência pela apresentação oral do trabalho

² Tema: Fontes Renováveis de Energia. Perspectiva: Política e Planejamento Setorial

³ Professor Doutor do curso de Pós-Graduação de Planejamento Energético/FEM/UNICAMP. Endereço: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Mecânica. Comissão de Pós-Graduação. Caixa Postal 6122. CEP:13.083-970 - Campinas-SP. Telefone para contato: (19) 37883285. E-mail: seva@fem.unicamp.br

⁴ Mestranda do curso de Pós-Graduação de Planejamento Energético/FEM/UNICAMP. Endereço e telefone: idem nota 3. E-mail: mfeb@fem.unicamp.br.

⁵ Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, uma das instâncias mais poderosas do MME – Ministério das Minas e Energia (criado nos anos 1960), e que já vinha desde a 1ª. República vinculado ao Ministério da Agricultura.

(ANEEL, ANA, ONS)⁶. Herança maldita, sem dúvida, mas apenas do ponto de vista das populações regionais atingidas e dos defensores da integridade dos rios e dos outros usos das terras ribeirinhas, e não para as hostes governamentais e empresariais. Pois bem, no terceiro ano do governo Lula- Alencar, a garantia do fornecimento futuro de eletricidade dependeria então dos tais vinte e um projetos que estavam "*em vermelho*".⁷ A então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmava que "*destravar*" os projetos era o seu maior objetivo⁸. A postura ministerial e da ANEEL considera que os eixos foram selecionados com critérios adequados – sem que tais critérios sejam conhecidos fora de um círculo fechadíssimo, dentro da própria ANEEL e das empresas de consultoria, esse poder pouco visível da Engevix, da Themag, da Promon, da Natron, do CNEC, da Jaako Poyry, e outras. De fato, dentre dezenas de projetos de usinas hidrelétricas cuja concessão foi contratada desde 1996, muitos estão paralisados em função de 1)problemas judiciais, 2)negativa ou cancelamento de licença ambiental, 3)desentendimentos financeiros e comerciais envolvendo os vencedores dos leilões e, 4)problemas regulatórios do mercado de eletricidade.

Nos demais projetos, aqueles que aparentemente "deram certo", a fase final da implantação foi e ainda é palco de conflito sociais, econômicos, jurídicos. "Encher o lago" requer o fechamento dos túneis ou das adufas de desvio, e é sempre um ato de força, mesmo que circunstancialmente legítimo, caso tenha sido outorgada a L.O. – Licença de Operação. Pois esse ato também pode estar enviesado, já que as L.P. – Licenças Prévias e as L.I. - Licenças de Instalação, ambas bem anteriores às L.O., sempre contêm condicionantes e compensações que, em geral, não vêm sendo cumpridas na sua totalidade pelas empresas. Uma lista das obras aqui analisadas foi feita, com a dimensão, a localização e as empresas relacionadas.

⁶ Grupo Coordenador da Operação Integrada (do sistema elétrico interligado); Comissão Central de Planejamento da Expansão (elétrica); Agência Nacional de Águas; Operador Nacional do Sistema elétrico.

⁷ *Vermelho- amarelo- verde* é o jargão criado em Brasília para indicar como avança cada usina já licitada, diante de um fantasioso sinal em que em o *vermelho* é sempre transitório e o *verde* um dia aparecerá .

⁸ matéria do Valor Econômico on –line (maio de 2005).

Tabela 01 – Uma seleção das represas de hidrelétrica formadas entre 2003 e 2006

Edital nº	Usina	Potência (MW)	Municípios atingidos	Empreendedores
Concorrência 1996	Aimorés	330	Baixo Guandu (ES), Aimorés, Itueta e Resplendor (MG)	CVRD e CEMIG
Concorrência 004/1997	Cana Brava	450	Minaçu e Cavalcanti (GO)	CEM
Leilão 001/1998	Campos Novos	880	Campos Novos, Abdon Batista, Celso Ramos e Anita Garibaldi (SC)	CPFL e outros
Leilão 005/1998	Irapé	360	Berilo e Grão Mogol (MG)	CEMIG
Leilão 003/1999	Candongá	140	Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce (MG)	Alcoa-Novelis e CVRD
Leilão 005/1999	Barra Grande	690	Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC)	CPFL, Alcoa e outros
Leilão 001/2000	Corumbá IV	127	Luziânia (GO)	CEB, CAESB, SANEAGO, CELG

2. No rio Uruguai, duas décadas de conflitos. Os aproveitamentos hidrelétricos dos desníveis do rio Uruguai, e de seus principais afluentes: Chapecó, Passo Fundo, Ijuí, vêm sendo estudados desde o início do século XX. Usininhas pioneiras de poucos MW foram feitas nas primeiras décadas, para abastecer cidades gaúchas e catarinenses; na 2ª metade do século vieram as de porte médio, com algumas dezenas de MW, p.ex. a do Passo Fundo, a do Caveiras, perto de Lages. A safra dos mega-projetos de centenas, e até mais de mil MW é conhecida desde o começo dos anos 1980, somava quatro eixos no rio Canoas, três no Pelotas (formadores do Uruguai) e seis eixos na calha principal desde Machadinho até perto da fronteira tríplice Brasil - Argentina - Uruguai. Na visão do professor João MEDEIROS, da UFSC: *“Como essa seqüência de empreendimentos praticamente associa o final de um lago com o próximo barramento, é razoável admitir que nossos planejadores subordinaram não apenas as questões ambientais, mas também todos os demais possíveis usos desse patrimônio natural, ao interesse do aproveitamento hidrelétrico”*.⁹

No início da década de 1990, a única mega-obra começada era Itá, com potência prevista de 1.600 MW; paralisou no período Collor-Itamar, por razões políticas como o estrangulamento dos investimentos das estatais, e por causa do problema crescente do desalojamento dos moradores da cidade e das “colônias”. Pressão inédita foi feita para se obter re-assentamentos localizados não muito longe dali, com terras e moradias equivalentes às que seriam perdidas; eclodiu uma campanha popular

⁹ MEDEIROS, J.de Deus, *Uruguai: um rio em 'estado de choque* no site: www.apremavi.com.br 01.02. 2006.

“Machadinho nunca mais”, que era o segundo projeto na mira da estatal Eletrosul, então a “dona” desses dezoito eixos. Essa luta dos atingidos pelo Itá e contra as barragens no rio Uruguai levou à formação da CRAB – Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens, entidade que liderou em 1991, a criação de um movimento nacional, o MAB, junto com outras regionais similares (as do rio Iguaçu, do rio São Francisco, do Tocantins). As usinas da Eletrosul foram separadas sob o nome Gerasul, adquirida pelo grupo europeu Tractebel-Suez; no dote, estavam a obra interrompida do Itá, que foi completada, e o projeto semi-morto de Machadinho, ressuscitado e implantado. Nos leilões de 1998 e 99, entraram Campos Novos e Barra Grande; em 2001 são leiloados os eixos Foz do Chapecó e Pai Querê.

De um ponto de vista simbólico, a CRAB e o MAB foram derrotados lá no seu rincão, onde nasceu a resistência aos projetos. Mas, os atingidos conseguiram se fazer reconhecidos como interlocutores pela Eletrosul quando a empresa ainda era estatal, e garantiram sua participação na reorganização produtiva dos assentados de Itá. Com a privatização, novamente subiu o tom dos enfrentamentos recíprocos, ficou evidente a falta de canais adequados para a população e seus interesses contrariados pelas obras tratarem com grandes grupos privados, os quais vencem as licitações diluídas em consórcios e sociedades onde a responsabilidade não é clara. Lemos, em uma carta da direção do MAB, de outubro de 2004¹⁰: *“Na região Alto Uruguai já foram construídas as Barragens de Itá, Machadinho e Quebra Queixo. Foz do Chapecó tem licença para ser construída. Ainda há Manjolinho, Bernardo José, Pai Quere, Itapiranga.... Das mais de 15.000 famílias diretamente já atingidas, 70 % delas foram ou estão sendo expulsas de suas terras e de seu trabalho sem nenhum direito a indenização”*

2. 1. Campos Novos. A concorrência da ANEEL em 1998 foi vencida por consórcio liderado pela VBC (Votorantim Bradesco e Camargo Corrêa, associação que há pouco tempo, havia assumido o controle da importante CPFL no interior de São Paulo). Sete anos depois, as obras chegaram no ponto de formar a represa, o quê por sua vez exige uma L.O., que deveria ser outorgada pela agência estadual catarinense, a FATMA. Restavam naquele setembro de 2005 ainda muitas indenizações e

¹⁰ “Justiça paralisa licenciamento da Usina Barra Grande...” matéria no site www.socioambiental.org, 29.10.2004.

reassentamentos inexistentes ou inconclusos; aí os procuradores do MPF solicitam à FATMA que suspendesse a emissão da L.O. Mas, no jornal de Florianópolis o registro é outro¹¹: *“Há pouco mais de um mês, a FATMA concedeu o Prêmio Fritz Müller de Ecologia para esta hidrelétrica (consórcio ENERCAM, praticamente o mesmo que construiu Barra Grande, consórcio BAESA), como empresa exemplar”*. Na mesma época, reuniam-se em Lages, o superintendente do consórcio, um dirigente nacional do MAB, gerente e diretor da Fatma, sob a coordenação de um Procurador da República. A direção da Enercan reconheceu que dez famílias tinham direitos, cujas indenizações já haviam sido depositadas em juízo, mas, que para as outras duzentos e quarenta famílias que exigiam indenização e ou reassentamento, não encontrou provas da sua situação de “atingidos”, e assim, cada caso seria analisado individualmente; as famílias pediam ainda ajuda de custo enquanto não estiverem produzindo nos novos lotes, e crédito para neles investir. A demanda foi levada pelo MAB até o âmbito internacional, e, em 16 de dezembro, o mesmo dia do leilão da ANEEL, novo acampamento foi armado em Celso Ramos, SC: *“Mais de mil militantes do MAB e outros movimentos receberam a visita de inspeção da relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para direitos humanos, Hina Jilani”*. Ela recebeu dossiê mencionando cento e sete pessoas processadas pela Justiça e participou de audiência pública em Campos Novos. Declarou ao fim: *“Sem igualdade, não há justiça e como relatora, pretendo dar visibilidade internacional às reivindicações deles. Creio que este é o primeiro passo para que os direitos dessa gente sejam reconhecidos. E já é hora de buscar este reconhecimento”*.¹²

2. 2. Barra Grande. No trecho do rio Pelotas escolhido para esse aproveitamento - cujo projeto e Estudo de Impacto Ambiental haviam sido elaborados pela Engevix - previa-se um paredão na cota 480 metros, elevando a água até a cota 647 metros. Na licitação ANEEL de 1999, venceu um consórcio, com nome de fantasia BAESA, formado pela mesma VBC/CPFL da obra vizinha Campos Novos, mais Camargo Corrêa Cimentos, Alcoa e outros. Em 2004, três anos depois de iniciado o canteiro de obras, uma equipe contratada pela Baesa para o levantamento dos locais a desmatar, informa a existência de

¹¹ MAB e Enercam tentam novo acordo para indenizações reportagem de A Notícia, Florianópolis, 15.09.2005.

¹² Acampamento de mil pessoas recebeu relatora da ONU no site www.mabnacional.org.br, dez 2005.

uma gleba de floresta atlântica subtropical com araucárias, com área de quatro mil hectares. Escândalo aberto, um juiz de Florianópolis acolheu petição da frente de ONG's "Rede Mata Atlântica" e da federação catarinense de ecologistas FEEC, e suspendeu liminarmente a L.O; em poucos dias, foi revogado pelo TRF 4ª Região. Em coluna prestigiada da imprensa brasileira, o diretor Carlos Miranda, da Baesa, se exime de qualquer culpa: *"Nós ganhamos uma licitação que já tinha uma licença ambiental prévia. O inventário do licenciamento prévio não acusou a existência dessa vegetação. Construimos a obra e só então fomos verificar a cobertura florestal que teria que ser suprimida. Aí o Ibama não deu a licença. Acionamos o presidente do Ibama na Justiça e foi quando apareceram os problemas"*.¹³ Na área, a Polícia Federal investigava se poderiam ter sido fraudadas as primeiras licenças do Ibama; o Ibama decidiu multar a Engevix em 10 milhões de reais pela fraude evidente. A BAESA fazia seu "lobby" e publicava notas pessoais dos diretores:...*"esperavam receber a L.O. nos próximos dias"*¹⁴. Sua movimentação não passa despercebida dos advogados atentos¹⁵: *"...sendo o caso mais emblemático a hidrelétrica de Barra Grande, que ainda tramita na Justiça Federal, com ares de irreversibilidade, em face do desmatamento da floresta que avança a cada dia, autorizado pelas recentes decisões judiciais do Tribunal Federal de Recursos 4ª. Região, e da constante pressão exercida pelo empreendedor junto ao Poder Público para a obtenção da licença ambiental de operação que lhe permitirá iniciar a inundação do reservatório"*.

As ONG's da rede Mata Atlântica obtiveram nova liminar impedindo o início do enchimento da represa, revogada em julho de 2005. O caso Ibama x Engevix se arrastava até o início de 2006, a empresa de consultoria recorreu e não pagou a multa. Algo se percebe na imprensa mais especializada: *"Se fosse feita a vontade do presidente do Ibama, a empresa de engenharia responsável pelo levantamento ambiental mais equivocado da história recente do país estaria excluída do Cadastro Técnico Federal. Sem poder prestar serviços a nenhuma obra potencialmente poluidora, a Engevix*

¹³ **Você decide** Miriam Leitão Panorama Econômico, Jornal O Globo 24 nov 2004.

¹⁴ Agência Canal Energia, 08 de abril de 2005.

¹⁵ FORTES, Renata e RAMME, Rogério *"O legítimo interesse público que deve prevalecer no caso da hidrelétrica de Barra Grande"* apres. No II Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito da PUC/RS, maio de 2005. Publicado também na agência de notícias www.adital.com.br.

veria ameaçados recursos da ordem de 180 milhões de dólares, isso contando apenas seus 20 principais projetos em andamento. ...Agora ocupante da Casa Civil, Dilma deve estar mexendo seus pauzinhos para evitar que questões ambientais tirem a Engevix do rentável mercado energético brasileiro, que não pára de crescer”¹⁶. Do lado ambientalista, a assinatura de um T.A.C. aliviou em parte a derrota. Em fins de Novembro, quando a 1ª. Turbina começou a virar, uma das lideranças da Rede Mata Atlântica, com papel destacado no embargo da LO e no TAC, a catarinense Miriam Prochnow recebia um Prêmio de Conservação Ambiental da Ford Foundation e declarava¹⁷: “Não pode haver mais Barras Grandes no Brasil. É preciso esmiuçar a fantástica fábrica de EIA-RIMAs, se antecipar para impedir que a fraude se repita. Em 02 de fevereiro de 2006, a 2a. turbina foi acionada, os atingidos permaneciam acampados e protestando nas cidades próximas; no dia 15, a corda estica durante manifestação pelo cumprimento dos itens do acordo feito com os atingidos, em frente ao escritório da empresa na cidade de Anita Garibaldi, cinco deles são presos. No site do MAB, a descrição é dura: “Os policiais desceram dos veículos e imediatamente partiram pra cima de 400 pessoas que se concentravam em frente aos escritórios da Baesa..., e do fórum da cidade, onde minutos antes, quatro agricultores foram presos acusados de ameaça, cárcere privado e seqüestro. Na ação policial, 20 pessoas ficaram feridas com bala de borracha e destroços de bombas de gás lacrimogêneo.”¹⁸ Os quatro primeiros presos foram libertados dia 17, o líder do MAB, Sartori no dia 20. O Baesa continua alimentando a mídia com releases sobre o investimento de 550 milhões de dólares, prometendo rodar a 3ª. Turbina em Maio de 2006.

3. Nas barrancas do Rio Doce, MG e ES, o “surto hidrelétrico” Na região do Vale do Rio Doce fica a maior concentração, no país, de buracos, crateras, túneis e movimentações de terras resultantes da mineração de ferro, manganês, bauxita, e de pedras valiosas, além do ouro que se busca por ali desde o século XVIII. As usinas hidrelétricas pioneiras no alto rio Doce e nas vertentes vizinhas, da bacia do

¹⁶ “Livre leve e solta” artigo de Lorenzo Aldé, site OEco, 04.09.2005.

¹⁷ reportagem do site OEco 21.11.2005 ; ver também a ONG ambientalista do vale do Itajaí www.apremavi.org.br.

¹⁸ PRISÕES ARBITRÁRIAS Cinco agricultores presos e 20 feridos após confronto com a polícia em Santa Catarina artigo de Eduardo Zen, no site www.mabnacional.org.br 15.02.2006.

alto rio das Velhas foram feitas, há um século, um pouco menos, para a ampliação da mineração e da metalurgia. O rio Doce se forma pela junção do Piranga e do Mainart, que recebe também o Ribeirão do Carmo, entupido da areia e terra das escavações seculares em torno de Ouro Preto e Mariana. Logo após essa junção, o “eixo” Baú I, entre as altitudes 328 e 367 metros, 110 MW, leiloado em 2001, foi obtido pela tradicional empresa elétrica Cataguases Leopoldina, que detém há décadas o mercado da Zona da Mata de MG. Rio abaixo bem perto fica o eixo Candongas, obtido em 1999 pela CVRD e Alcan, atingindo os mesmos municípios de Santa Cruz do Escalvado e de Rio Doce. O desnível de projeto era entre as altitudes 277,7 metros e 327,5 metros, a potência de 95 MW, posteriormente elevada para 140 MW.

No último degrau possível de barramento do rio Doce, já no ES, fica a usina Mascarenhas, com represa na cota 60,8 metros, que é praticamente a mesma cota de saída da usina de Aimorés, inaugurada na passagem de ano 2005-2006, cuja represa chegou à altitude 90 metros. Dali para rio acima, até o eixo Baguari, estão inventariados mais três eixos bem próximos, um deles com degrau de apenas 7 metros (entre as cotas 105 e 112) chamado Crenaque, nome de uma nação indígena tradicional das barrancas do rio Doce. Nos afluentes do rio Doce, várias usinas funcionam, antigas como Peti e Amorim no rio Piracicaba, novas como Emboque no rio Matipó, da empresa Cataguases Leopoldina, como Porto Estrela no rio Santo Antonio, eixo obtido na concorrência 002 de 1996 da ANEEL pela sociedade formada por CEMIG, CVRD e a têxtil Coteminas, do vice presidente José Alencar.

3. 1. Aimorés O antigo eixo inventariado e estudado pela Cemig acabou sendo aproveitado por uma associação entre a estatal elétrica mineira e a já privatizada CVRD, aliás, a comandante de fato de quase todo o rio Doce, suas barrancas e terras ribeirinhas, por onde passa a importante ferrovia Vitória a Minas. O projeto previa barrar o rio Doce acima da cidade de Aimorés, inundando 3.300 hectares ou 33 km², afogando totalmente a cidade de Itueta, com mais de 2 mil habitantes. O fluxo de água ali represada seria desviado por 8 km de canais até Baixo Guandu, ES, onde ficaria a usina com três máquinas de 110 MW. Foram ao menos cinco anos de briga, confusões, equívocos, injustiças cometidas nas indenizações e nos reassentamentos, na construção e ocupação da Nova Itueta, na operação das

travessias do rio, e agora, da represa, a construção ou reconstrução de estradas. Itens que foram objeto de negociações e de termos de compromisso, estavam quase todos atrasados quando se decidiu formar a represa. Em julho de 2005 a água subiu até a cota 84 metros; com o trancamento do rio em plena estação seca, as conseqüências foram ainda piores: “... com o desvio total das águas do Rio Doce, apenas a água do Rio Manhuaçu continua passando pela cidade de Aimorés, ... uma imagem tétrica: um imenso esqueleto, com perto de 400 metros de largura”¹⁹.

No site do MAB, registra-se um tipo de contra-informação operada com o biombo da “cobertura jornalística” : “Moradores de Aimorés relatam, por exemplo, que o Jornal Estado de Minas fez uma matéria com eles, que até hoje não foi veiculada. E uma equipe do Globo Repórter visitou pelo menos 5 barragens no Brasil, entre elas Candonga e Aimorés, preparando matéria sobre os impactos ambientais e sociais das barragens, que até o momento não foi ao ar” . Simples: os depoimentos são vistos por quem interessa, as empresas. Os moradores temiam, com razão, o rebaixamento do lençol freático nas margens do rio, os riscos para as casas, por causa de acomodação do solo, e a proliferação de mosquitos. Sabendo que estava para ser concedida a L.O. para a segunda fase do enchimento, cota 90, o movimento de atingidos passou a exigir o cumprimento dos condicionantes que haviam sido prescritos nas licenças anteriores. No último dia do mês, índios Krenak bloqueiam a estrada de ferro Vitória-Minas perto de Resplendor. Na nota do consórcio CVRD-CEMIG publicada no dia seguinte, vem o alibi: ... a área indígena em questão não sofreria impactos físicos com a implantação da usina, uma vez que o remanso do reservatório possui distância aproximada de 11 quilômetros em relação ao limite da aldeia.²⁰ Dois dias depois, ordem judicial obriga aos índios a desbloquear a ferrovia. Vinte dias depois, é informada a “vitória”: O IBAMA concedeu na última quinta-feira, 22 de dezembro, licença de operação para a hidrelétrica Aimorés...O Ibama impôs 43 condicionantes específicas para emitir a licença. A licença

¹⁹ Prepotência e convivência na Barragem de Aimorés no site www.mabnacional.org.br 18.10.2005.

²⁰ “Segundo o consórcio, os líderes indígenas exigem, entre outras reivindicações, que a Fundação Nacional do Índio constitua imediatamente um grupo técnico para a identificação de uma área denominada como Sete Salões como terra indígena Krenak. Além disso, os índios pleiteiam a retomada do diálogo com o consórcio a fim de definir compensações e indenizações devidas em função da obra. Questões referentes à demarcação de terras, diz a nota, são de competência da Funai, e que em nenhum momento suspendeu as negociações com a comunidade indígena” divulgado no site da agência: CanalEnergia.com.br em 01.12.2005.

tem validade de quatro anos e depende do cumprimento das exigências²¹. A represa do rio Doce começou no dia 26 de dezembro a subir acima da cota 84, e, no dia 30, chegou aos 90 metros. A operação comercial iniciou em 04 de janeiro, com 140 MW de potência.

3. 2. Candongá Nos preparativos para sua inauguração em setembro de 2005, a hidrelétrica Candonga foi rebatizada como Dona Risoleta Neves (viúva do ex-presidente Tancredo Neves e avó do atual governador Aécio Neves). Meses antes, a metalúrgica canadense Alcan, que opera em Ouro Preto (a 100 km da nova usina) a mais antiga fundição de alumínio, havia sido rebatizada *Novelis*. No leilão 003/1999, o eixo havia sido concedido para uma potência de 95 MW; em 2002 foi aprovada uma ampliação para 140 MW, a um custo estimado de 95 milhões de dólares. O site do MAB registra a penúria das famílias²² e os esquemas de intimidação e prevenção contra protestos na solenidade, na presença de governador, ministro e empresários. A caminhada dos manifestantes desde o trevo da cidade de Rio Doce parou na guarita da usina; ônibus da UF de Viçosa foi também barrado.

4. Irapé [municípios de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim, Noroeste de MG] O vale do Jequitinhonha foi logo inserido na era da mecanização com as engenhocas do garimpo e as usininhas elétricas pioneiras no início do rio e de seus formadores, perto de Diamantina. O rio principal entra na era dos mega projetos nos leilões de 1998, com o eixo Itapebi, 450 MW, usina inaugurada em 2003, e com o eixo Irapé, 360 MW o qual formaria represa de 137 km². A CEMIG dizia na época que seriam afetadas 742 famílias em 47 comunidades; sete anos depois, quando subiu a represa, a realidade era bem outra: foram desalojadas mais de 1.100 famílias, mais de cinco mil pessoas. No leilão 003/ 2000, foi a vez do eixo Murta, 120 MW com a

²¹ reportagem *Ibama concede licença de operação para hidrelétrica Aimorés*, na Agência CanalEnergia, Meio Ambiente 23/12/2005.

²² “Oito famílias reassentadas no povoado do Marimbondo estão sem assistência e com área de terra de apenas três hectares, totalmente insuficiente para se restabelecerem,...mais de 100 famílias de garimpeiros que ainda não foram reconhecidos pelas empresas como atingidas. Em Nova Soberbo, onde moram mais de 120 famílias reassentadas, várias casas já estão interditadas, famílias tendem a ficar em situação ainda mais precária pois as empresas deixaram de repassar cesta básica e ajuda de manutenção. No início deste ano as empresas foram denunciadas na ONU por agressão aos direitos humanos. Está na lista das agressões a destruição de todas as casas de uma comunidade atingida, em um único dia, por quase 100 policiais. Extraído da matéria: *Protesto na inauguração da barragem*. publicado em www.mabnacional.org.br 01.10. 2005.

represa na mesma cota de saída de Irapé, 330 metros, e um desnível de 42 metros, podendo atingir cerca de 900 famílias, outro contingente próximo de cinco mil pessoas.²³

Pela informação oficial do inventário hidrelétrico nacional, em 2003,²⁴ havia ainda sete outros eixos possíveis no rio Jequitinhonha e mais quatorze inventariados nos três principais afluentes Itambiruçu, Vacaria e Araçuaí. Irapé representa uma briga de quinze anos desde que foi anunciado o projeto pela 1ª vez, quando um dos personagens mais influentes na região e no Estado de MG era o governador Newton Cardoso. No consórcio construtor contratado pela CEMIG, estavam as experientes Andrade Gutierrez e CNO -Odebrecht, a Hochtief, uma fatura total de 580 milhões de reais, cifra que incendiou os discursos: “somente” aquele tipo de progresso – usinas hidrelétricas e eucaliptais para carvoejamento e celulose - afastaria a miséria do Jequitinhonha, “Vale da miséria”. O messianismo forjou a expressão “usina salvadora”, de autoria do então presidente da Academia de Letras de MG, Murilo Badaró, conhecido braço político da ditadura. Detalhe: seu discurso em final de Abril de 2002, foi para pressionar o Copam que dali uns dias emitiria a L.I. da Irapé. O historiador Marcio SANTOS assim resumiu o choque cultural: *A construção da barragem de Irapé representará a edificação de uma catedral tecnológica, sob a qual submergirão para sempre os elementos materiais e imateriais que produziram, na região, um determinado modo de vida e de expressão simbólica das populações que sucessivamente a habitaram. Em alguns meses, prazo de enchimento do reservatório, ocorre a supressão de uma paisagem que se vinha construindo ao longo de séculos de ocupação humana – aliás, os efeitos dessa supressão, pode-se dizer, iniciam-se antes mesmo do enchimento, já que a anunciada remoção dos lavradores interrompe os cultivos algum tempo antes do reassentamento das famílias.*²⁵

A formação da represa, prevista para novembro de 2004, só começou em 08 de dezembro de 2005, mesmo assim atropelando uma liminar da véspera, da 21ª Vara Federal que impedia o fechamento

²³ ZHOURI e OLIVEIRA, pg 55 a 56.

²⁴ *Diagramas topológicos dos aproveitamentos hidrelétricos*, [CCPE Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB Grupo de trabalho de informações básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (coordenadores), Eletronorte e Eletrobrás, 2003. (obs: considera todos os empreendimentos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica até junho de 2003).

²⁵ SANTOS, Marcio *Irapé: a catedral tecnológica e a supressão de uma paisagem* in *Revista eletrônica ComCiência* (www.comciencia.br), do Laboratório de Jornalismo Científico da Unicamp, número 62: tema RIOS, no ar fevereiro de 2005.

do túnel de desvio enquanto não estivessem cumpridas as cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta e da L.I. Cinco dias após o início do enchimento, uma carta aberta da entidade regional Campo Vale à Procuradoria e à FEAM menciona a perda de patrimônio de moradores, por falta de um esquema de transporte a tempo, para fora da área alagada: “...quase 1.000 peças de aroeira, prensa de Mandioca, telhas, postes, moto-bomba... O quadro geral é de desolação....bois e vacas aos montes passam boiando nas águas,... além da falta de pasto preparado na comunidade de destino... A população remanescente está em estado de cerco e apreensão devido à superpopulação de cobras, escorpiões e outros animais peçonhentos que rondam seus quintais e adentram pelas casas”.

5. Corumbá IV [municípios de Luziânia, Sto Antonio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Silvânia, Anápolis, GO] Entre a foz do rio Corumbá no Paranaíba (GO/MG) e a Serra dos Pirineus onde nasce havia quatro eixos inventariados: Corumbá I perto de Caldas Novas com 300 MW (CELG e depois Furnas, operando); o eixo IV com 127 MW foi leiloado em novembro de 2000, adquirido por um consórcio formado pelas estatais goianas CELG e SANEAGO, pela autarquia de água e esgoto do DF, a CAESB, e a ex-estatal de eletricidade de Brasília, a CEB (grupo Rede). Ficou clara a outra intenção do projeto: assegurar o fornecimento de água para os aglomerados, cidades e loteamentos novos da área metropolitana de Brasília, pertencentes ao DF e ao Estado de Goiás.

A represa com área prevista de 173 km² ficaria na cota 842 m, com desnível de projeto de 70 metros, e na cota inferior começaria praticamente a represa do eixo Corumbá III, 94 MW que foi a leilão um ano depois. O “final da novela” da implantação de Corumbá IV, entre fins de 2004 e agora, 2006, teve episódios graves como o fechamento precipitado do túnel de desvio, iniciando o enchimento da represa, estando o paredão da barragem ainda em obras! e a estrutura de vertedor também incompleta, não operacional. “Novela” que foi acompanhada pelos promotores e procuradores em Goiânia e em Brasília, e, até fins de 2005, analisada na tese de doutorado de ALVES, J.M. 2005. Em 21 de janeiro daquele ano, o Juiz Federal da 6^a Vara de Goiás autorizava em liminar, o enchimento até a quota 834 m; em fevereiro, a água estava a poucos metros da cota autorizada e o paredão ainda não estava pronto. Em 04 de março, o M.P.F. de Goiás recorreu ao Tribunal Regional Federal em Brasília, pediu a revogação

daquela liminar, negada em 30 de março. No final do ano, a represa praticamente cheia, ainda estavam em obras os remanejamentos de um trecho do oleoduto Osbra da Petrobrás, e de uma estação municipal de captação de água. O Ibama acabou concedendo a L.O. provisória, com validade de três meses, com trinta e quatro condicionantes, novamente...Em fevereiro de 2006, com a benção dos governadores Perilo, de Goiás e Roriz do DF, fizeram uma inauguração simbólica, segundo o jornal Correio Brasiliense.²⁶

6. Uma das várias obras do rio Tocantins: Cana Brava. A usina de Cana Brava com represa de 400 km² opera em conjunto com a usina de Serra da Mesa, cuja represa bem maior (1800km²) regulariza a vazão do Tocantins.(ALVES, 2005). A usina Cana Brava começou a gerar energia em 2003, e desde então as contas não foram acertadas com a população atingida. De acordo um dos coordenadores do MAB, Agenor Costa e Silva, das 946 famílias retiradas da área que foi alagada, apenas 123 receberam indenização²⁷. O próprio BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), um dos financiadores do projeto junto com o BNDES, após um pedido de instalação do Mecanismo de Investigação Independente do Banco, reconheceu sua falha na implementação de suas políticas socioambientais. De acordo com o relatório do Mecanismo, as populações indiretamente atingidas não foram adequadamente identificadas, como os garimpeiros e outras populações elegíveis; o Banco foi lento ao responder a necessidade de Auditoria Social do projeto; e em áreas críticas do projeto o BID aprovou um plano de reassentamento incompleto.²⁸

É por conta das indenizações não pagas às famílias atingidas que se formou o conflito com a TRACTEBEL ENERGIA, (concessionária da obra, e também a maior geradora privada do Brasil com quase 10% da capacidade instalada no país) . No dia 23 de maio, agricultores manifestantes de Cana Brava acamparam em frente ao portão de acesso à barragem da usina. Enquanto as negociações avançaram no caso de Serra da Mesa, a TRACTEBEL se recusou a receber o MAB. Dois dias depois

²⁶ *A inauguração da usina hidrelétrica Corumba IV será meramente simbólica*, sitio Correioweb, 04.02.2006.

²⁷ Reportagem “ONGs pedem que BID e BNDES sejam responsabilizados por danos causados por hidrelétrica” publicada dia 10/02/2006 no sítio eletrônico Agência Brasil por Adriana Franzin

²⁸ “BID admite que falhou no projeto da hidrelétrica de Cana Brava”. Fonte: Eco-Finanças. 07/02/2006, sítio <http://ef.amazonia.org.br/noticias>

houve um confronto entre a Polícia Militar de Goiás e os agricultores, resultando na prisão de uma liderança do MAB e no ferimento de outras seis pessoas. Uma semana depois, cerca de 300 agricultores atingidos pelas barragens de Cana Brava e Serra da Mesa ocuparam a sede do BID em Brasília²⁹. Os conflitos permanecem inconclusos até o presente momento.

Na bacia do rio Tocantins, já opera uma seqüência de grandes usinas: Tucuruí (em fase de ampliação para quase 8.000 MW), Lajeado (850 MW), Cana Brava e Serra da mesa. A obra Peixe Angical (452 MW) está quase pronta, formando a represa em 2006; a obra São Salvador (241 MW) está parcialmente paralisada, o projeto Estreito (1.087 MW) ainda tem problemas graves no licenciamento. O projeto Ipueiras teve a licença recusada pelo IBAMA, e os projetos Tupiratins, Serra Quebrada e Marabá prosseguem fantasmagóricos, reaparecendo em épocas eleitorais.

Comentários finais: Um registro recorrente na leitura dos vários casos é que a implantação final das usinas só funciona na base do atropelo, “*passando trator*” como se diz na gíria; até os juízes que por ofício deveriam ter como incriminar essas faltas, acabam mentindo em seus despachos, ignorando situações ostensivas, à luz do dia. No caso Campos Novos, a frase final do despacho do juiz é: “...*a construção da hidrelétrica já implicou gastos públicos de monta e seu funcionamento se revela indispensável ao desenvolvimento da ordem econômica. Nesse contexto, a paralisação do empreendimento efetivamente causa lesão à ordem administrativa e à economia pública*”³⁰.

Sempre que “necessário”, os atingidos e os ambientalistas são caluniados como delinquentes, seu movimento é “demonizado”, alguns são processados judicialmente; e os promotores e procuradores se tornam “empecilhos ao setor elétrico”. Poder-se-ia imaginar que os finais das obras no período Lula-Alencar fossem menos difíceis do que durante os governos federais anteriores, até porque boa parte do movimento de atingidos é de eleitores e quadros petistas.

Os empresários também vão afiando sua retórica, como se vê em coluna assinada pelo presidente de uma associação de auto-produtores de eletricidade, justamente, essas grandes empresas eletro -

²⁹ “Atingidos pela barragem de Cana Brava ocupam sede do BID”. Diário Vermelho. 01/06/2005.

³⁰ (Suspensão de Execução de Liminar nº 2004.04.01.049432-1/SC), citado em www.apremavi.org.br.

intensivas aqui mencionadas: “Existem grupos contra a energia nuclear, contra o uso das térmicas de qualquer tipo (a carvão, a óleo combustível e a gás natural) e agora sabotam uma hidrelétrica como a de Barra Grande, construída com grande sacrifício e que custou muito dinheiro..... os empreendedores estão sendo ameaçados pelo MAB, embora venham adequadamente cumprindo os acordos firmados para mitigar os impactos sociais causados pela construção da usina”³¹. Esses mesmos empresários se sentiram reconfortados quando ocorreu a grande mudança ministerial desse governo, após a saída do então Chefe da Casa Civil, José Dirceu: “A avaliação é que ela (ministra Dilma Rousseff) será uma aliada da indústria em questões que envolvem outros ministérios, p.ex. a concessão de licenças ambientais, um calcanhar de Aquiles do segmento”³². De todo modo, terão que se cuidar melhor na ocasião dos licenciamentos, pois na lei 11.284, de 02 de março de 2006 (a da “reforma florestal”), foi introduzido novo crime, penalizado com prisão, na famosa lei de Crimes Ambientais, de 1998: *Elaborar ou apresentar, no licenciamento... estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.*³³

Referências Bibliográficas

- ALVES, J. M. “Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização”. Tese de doutorado em Planejamento Energético FEM / UNICAMP, 2005
- SILVA, C. M. A., CARMO, G.T. e FERREIRA, J.L.B. “Encontros e desencontros do movimento contra a UHE Itaocara”. Informe técnico IPPUR/UFRJ, 2004.
- ZHOURI, A e OLIVEIRA R. “Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos” pp. 49 -64 in ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA (orgs) “A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais”, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ZHOURI, LASCHEFSKI, PAIVA “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das usinas hidrelétricas em Minas Gerais”, cap.4 , pp 85-116 in ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA (orgs) citado acima.

³¹ A coluna de Mario Menel tem o título de “O setor elétrico não pode conviver com a anarquia”, no site CanalEnergia, 24.02.06.

³² “Da mesma opinião compartilha o diretor Paulo Ludmer, da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais, que reepresenta 64 empresas que consomem 25 % da energia, e 45 % do gás e do óleo combustível no país: “O ministério (MME) vai atuar mais afinado com a Casa Civil e isso pode significar um avanço”. Matéria de Denise Luna, Agência Reuters, 21.06. 2005.

³³ Art. 82. A Lei **9.605**, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts: **Art. 69-A.** Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 1o Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. § 2o A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.”